

ID: 249

**ADENTRANDO AOS ESPAÇOS DE LEITURA E VENDA DE
LIVROS, COMPÊNDIOS E ARTEFATOS ESCOLARES NA CIDADE
DA PARAÍBA [1850-1889]**

AUTORAS:

Cláudia Engler Cury

Thayná Cavalcanti Peixoto

FILIAÇÃO:

Universidade Federal da Paraíba – Brasil

RESUMO

Este trabalho objetiva apreender as práticas culturais adotadas no processo de vida escolar, na busca de aproximação com o cotidiano que envolveu esse universo por meio da circulação de livros e compêndios escolares pelos espaços de leitura, como bibliotecas e clubes de leitura, e de venda caracterizados como boticas, livrarias, papelarias e tipografias, na Paraíba durante a segunda metade do século XIX. A pesquisa ampara-se no conceito de Cultura Material Escolar – um híbrido entre Cultura Escolar e Cultura Material – como parte de sua fundamentação teórica. Para tanto, nos fundamentamos num corpus documental constituído por um conjunto de documentos de documentos oficiais como atas, pedidos, concessões para compras de livros e artefatos escolares, entre outros, como também a análise dos seguintes jornais: *A Imprensa* (1858), *O Imparcial* (1861), *A Regeneração* (1861/1862), *O Despertador* (1869), *A Opinião* (1877), *A União Liberal* (1879), *Diário da Parahyba* (1884/1885), *O Publicador* (1862/1884/1885/1886), *Jornal da Parahyba* (1881/1882/1883/1886/1887), *Arauto Parahybano* (1888), e *Gazeta da Parahyba* (1888/1889).

PALAVRAS-CHAVE

Leitura, circulação de ideias, cultura material escolar

Este trabalho objetiva apreender as práticas culturais adotadas no processo de vida escolar, na busca de aproximação com o cotidiano que envolveu esse universo por meio da circulação de livros e compêndios escolares pelos espaços de leitura (bibliotecas e clubes de leitura), e de venda caracterizados como boticas, livrarias, papelarias e tipografias, na Paraíba durante a segunda metade do século XIX.

Para tanto, nos fundamentamos num corpus documental constituído por um conjunto de documentos que foram catalogados pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação no Nordeste Oitocentista (Gheno) que desde 2004 vem recolhendo material por meio da catalogação, transcrição e digitação de documentos oficiais como atas, pedidos, concessões para compras de livros e artefatos escolares, entre outros. A pesquisa também utilizou os seguintes jornais: *A Imprensa* (1858), *O Imparcial* (1861), *A Regeneração* (1861/1862), *O Despertador* (1869), *A Opinião* (1877), *A União Liberal* (1879), *Diário da Parahyba* (1884/1885), *O Publicador* (1862/1884/1885/1886), *Jornal da Parahyba* (1881/1882/1883/1886/1887), *Arauto Parahybano* (1888), e *Gazeta da Parahyba* (1888/1889).

A pesquisa ampara-se no conceito de Cultura Material Escolar – um híbrido entre Cultura Escolar e Cultura Material – como parte de sua fundamentação teórica. Este conceito foi construído a partir de um cenário que trouxe:

[...] um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. (Barros 2012, p.306).

Sendo assim, só foi possível obtermos uma história da cultura material, segundo Jean Marie Pesez (2005), por meio das contribuições da Escola dos *Annales* e pela renovação historiográfica proposta pela conhecida terceira geração que contribuiu para a ampliação de horizonte e domínio do historiador.

Nesse contexto o conceito de cultura escolar ganhou espaço na produção da história da educação, a partir da problematização de novas possibilidades de pesquisa, fontes e sujeitos, que há muito não eram explorados na construção do conhecimento histórico. Surgiu um espaço extremamente favorável para a utilização desse conceito, que tinha no cerne de sua discussão a compreensão do universo escolar por meio de outras lentes, a partir de quaisquer vestígios relacionados ao funcionamento escolar, enriquecendo a reconstrução do ambiente escolar.

Dentre os conceitos de cultura escolar mais difundidos na história da educação, trabalhamos com dois que nos permitiram um suporte para a pesquisa documental. São as perspectivas empregadas pelos autores Dominique Julia e António Viñao Frago. O primeiro define cultura escolar como: conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de

socialização). (Julia 2001, p.10) António Viñao Frago, define cultura escolar como: “[...] la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer.” (Viñao Frago 1995, p. 69). Ou seja, cultura escolar para Frago (1995) significa “[...] as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias. Na sua interpretação, englobava tudo o que acontecia no interior da escola” (Faria Filho, Gonçalves, Vidal, Paulilo 2004, p. 147).

Sendo assim, compreendemos que cultura material escolar “Significa compreender, num espectro ampliado, os mais diversos componentes materiais ligados ao mundo da educação” (Bencostta 2007, p.176). Portanto, abrange não só o conjunto de elementos constitutivos do universo escolar (como artefatos relacionados à escrita, leitura, limpeza, mobília, indumentárias, arquitetura dos edifícios, livros didáticos, periódicos educacionais, bibliotecas pedagógicas etc.) relacionados ao seu tempo e espaço, mas também a sua utilização por meio das relações sociais estabelecidas pelos diferentes sujeitos do ambiente escolar, além da forma como o contexto da época interferiu na inserção ou não desses elementos destinados ao uso escolar.

No sentido de compreender como se deu a circulação de livros e compêndios escolares na província foi necessário dar atenção especial aos aspectos relacionados à impressão, circulação e produção dos materiais escolares, e atentar que os periódicos consultados, trazem questões pertinentes ao cotidiano daquela época, pois “[...] o jornal no século XIX é, por excelência, o lugar do diálogo, do debate, da fofoca e das polémicas, sejam aquelas comezinhas, sejam as grandes e célebres.” (Barbosa 2007, p. 18). Dessa forma, afirma ainda a autora “[...] não é mais possível escrever uma história da vida cultural brasileira oitocentista sem a consulta aos jornais da época.” (Barbosa 2007, p. 18). Em nossas análises, foi possível perceber que os principais redatores dos periódicos analisados exerceram diversas funções públicas, inclusive como presidentes de província, e muitos deles participaram da vida escolar, seja como professor ou como diretor de instrução pública. Portanto, a função de redator e a atuação no cotidiano escolar confundiam-se nos impressos da época em muitos momentos, já que em sua maioria “os jornalistas se valiam dos próprios relatórios e orçamentos provinciais para criticar e cobrar posturas governamentais”, segundo Cury e Ferronato (2012, p. 75). Por fim, ao buscarmos periódicos como fonte para os estudos da cultura material escolar nos oitocentos podemos dizer que neles encontramos parte da vida cultural da sociedade paraibana oitocentista, além da inserção de seus redatores em espaços públicos de poder, especialmente no mundo escolar.

1. RECONSTRUINDO OS ESPAÇOS DE LEITURA NA CAPITAL DA PROVÍNCIA

1.1. BIBLIOTECA PÚBLICA DO LYCEU PARAHYBANO

No texto da lei de criação do Lyceu Provincial, Lei nº 11 de março de 1836 ficou estabelecido, no art.5º da mesma Lei, que: “– Haverá no mesmo Liceu uma **biblioteca**, que se comporá dos livros constantes das relações feitas pelo Diretor, que para este fim ouvirá os respectivos lentes” (Pinheiro; Cury 2004 p. 95). Sendo assim, acreditamos que esta biblioteca foi a primeira a ser criada na capital da província com a finalidade de se constituir como um espaço de leitura escolar, e que apesar de possuir em seu título o nome ‘pública’, não significava que seria para o público em geral, mas estar vinculada a uma instituição de ensino público. Na verdade, ela era destinada apenas aos alunos e professores da instituição. Sabemos da existência de bibliotecas e acervos nos conventos que se instalaram na província como os dos franciscanos, carmelitas e beneditinos que estão sendo estudados por pesquisadores locais. Entretanto, esses estudos ainda são preliminares e estão sendo preparados para publicação.

Segundo Ferronato (2012), desde a lei de criação da biblioteca em 1836 até o ano 1853 não houve menções sobre o espaço, apenas em 1853, quando um relatório de Presidente de Província afirmou que a Biblioteca do Lyceu “[...] naquele momento contava **com 93 volumes**” (Ferronato 2012, p. 146. Grifo nosso). Em 1853, de acordo com o mesmo autor, o Lyceu possuía aproximadamente 90 alunos matriculados, o que daria uma média de um livro por aluno, mas mesmo assim, encontramos queixas das autoridades à época, ao ressaltarem que a Biblioteca deveria prover vários livros que auxiliassem não somente o acompanhamento dos alunos, mas auxiliassem também, os professores da escola secundária.

Alguns anos depois, em 1857, o Diretor da Instrução Pública, Manrique de Lima afirmava que os exemplares do acervo da Biblioteca do Lyceu foram adquiridos em 1849 e desde então poucos volumes foram comprados. Tal situação dizia o diretor, criava uma imensa dificuldade aos professores e alunos para acompanharem as disciplinas, havendo, muitas vezes, desistência de alunos devido à falta de compêndios na instituição e nos estabelecimentos de venda de livros. Ao longo da nossa pesquisa por meio dos relatórios dos presidentes de província e nos periódicos da época, percebemos que havia constante reclamação sobre a ausência de livros e compêndios. Em relação à frequência de alunos na Biblioteca infelizmente, até o momento, não localizamos nenhuma informação.

1.2. BIBLIOTECA PÚBLICA

Acompanhando a documentação pudemos perceber que os relatórios de presidentes de província e diretores da instrução pública reclamavam acerca da ausência de livrarias e bibliotecas na capital da província, o que causava, segundo a visão das autoridades da época, uma enorme deficiência no desenvolvimento intelectual dos cidadãos da província, além de impossibilitar o ensino a um número

maior de alunos. Em alguns relatórios de presidente de província e de diretores da instrução encontramos falas que expressavam o desejo pela criação de uma Biblioteca Pública, que fosse aberta, de fato, ao público com o intuito de “fazer florescer a instrução na capital”.

Mesmo após a criação da Biblioteca do Lyceu e ainda de acordo com os relatórios de presidente de província, a capital ainda carecia de espaços que proovessem livros, pois a única biblioteca existente sequer estava aberta para o público. A partir destes documentos pudemos perceber que havia não só a falta de bibliotecas na capital, mas também de livrarias, sendo assim afirmam os documentos e jornais, que era preciso pedir livros a Pernambuco, província vizinha, bem como à cidade do Rio de Janeiro, o que pode nos levar a inferir e agregar às nossas discussões os aspectos relacionados ao contato interprovincial.

Em 1859 um documento apresenta pistas sobre a criação da primeira Biblioteca Pública da província paraibana. Dessa vez, a palavra pública refere-se a uma biblioteca de livre acesso, diferente da Biblioteca “Pública” do Lyceu, que se destinava exclusivamente aos membros daquela instituição. Nesse documento, o presidente de província à época, Henrique Beaurepaire Rohan, afirmou que promoveu a fundação de uma incipiente biblioteca em uma das salas do Lyceu, provavelmente por não haver um local mais adequado. Não podemos precisar a data de sua criação, mas provavelmente ocorreu entre os anos de 1857 e 1859, período que coincide com a administração de Henrique B. Rohan. A partir deste documento inferimos que esse presidente de província foi responsável pelo prelúdio da criação de um estabelecimento de leitura e foi o incentivador da compra e arrecadação dos primeiros volumes, além de delegar à assembleia provincial as decisões sobre o funcionamento futuro da referida biblioteca.

Diante do relatório acima citado de 1859, percebemos que houve de fato a iniciativa da criação de um espaço destinado à leitura que recebeu significativas doações de obras gerando um novo problema em relação à organização desse acervo, qual sejam, volumes recém-adquiridos se encontravam misturados com os mais antigos, não havia móveis e prateleiras para acolher os livros. Em virtude das dificuldades de acolhimento e adequação desse espaço de leitura solicitou-se que a assembleia provincial decidisse pela transferência da tal biblioteca para um espaço mais amplo e que se nomeasse um funcionário responsável pela biblioteca para iniciar a classificação, catalogação e que viabilizasse o acesso à leitura e consulta dos livros e revistas. Infelizmente, ainda não foi possível localizar mais dados precisos sobre a Biblioteca Pública. Não sabemos se a mesma de fato foi aberta ao público, se recebeu mais doações ou se foi transferida para outro local.

1.3. CLUB LITTERARIO E RECREATIVO E BIBLIOTHECA POPULAR

Durante a década de 1880, encontramos o que seriam três locais destinados à leitura: a criação do *Club Litterario e Recreativo* em 1881, a *Bibliotheca do Club Litterario e Recreativo* em 1882 e a *Bibliotheca Popular* em 1884.

Primeiro ocorreu a criação do *Clube Litterario e Recreativo*, que foi uma instituição fundada e financiada por particulares e aberta ao público da Paraíba, já no ano de 1881. Seus fundadores se intitulavam de “[...] nucleo litterario, [...]” (*Diario da Parahyba*, 1884). Além disso, com esforços de seus sócios, fundaram a Biblioteca do Clube cujos objetivos podemos acompanhar no trecho abaixo, conforme a leitura do estudo empreendido por Itacyara Miranda (2012):

[...] atender à parcela da população que era desprovida financeiramente e que, por isso mesmo, não obtinha oportunidades para estar em contato com o mundo do conhecimento, do saber científico/racional, uma vez que a lei da sobrevivência os forçava cada vez mais a se aproximarem do trabalho manual em detrimento do cultivo do espírito e de tudo aquilo que os encaminhava para o estágio de desenvolvimento de homens civilizados. (Miranda 2012, p. 38)

Os responsáveis pela criação do *Club Litterario*, após um ano de sua criação (1882), externaram o desejo de instituir uma biblioteca que fosse aberta ao povo, mas, por falta de recursos próprios, solicitaram doações aos *amantes das letras* através da imprensa no intuito de preencher suas prateleiras com livros e revistas. Constatamos que, no mesmo mês que solicitaram doações aos cidadãos da província, a Biblioteca do Clube recebeu doações do Major José Francisco que acabara de ser eleito para o cargo de vice-presidente do *Club Litterario* e que dois anos depois (1884), foi professor¹ da Escola Normal². A leitura desses documentos nos permite inferir sobre as possíveis relações entre a constituição de acervos de livros, de locais de leitura e incentivo à prática de leitura e na formação de professores na província como parte dos propósitos daqueles que atuavam no universo instrucional ou como redatores dos jornais.

Foi então por meio de doações que o *Club Litterario e Recreativo* constituiu a sua *Bibliotheca*, entretanto, parece que a sua continuidade foi problemática e em meados de 1884 teria entrado em decadência até a sua inteira dissolução no ano seguinte. Sendo assim, o *Club Litterario e Recreativo* funcionou entre os anos de 1881 a 1885. Entretanto, mesmo considerando seu curto período de existência, acreditamos que aqueles homens letrados contribuíram de alguma forma para a difusão das letras na capital da província e na constituição de espaços de leitura e de divulgação de ideias.

Sobre a *Bibliotheca Popular* pudemos depreender da leitura das notícias veiculadas pelos jornais à época, que a mesma fora fundada em meados de março de

¹ Parahyba do Norte, 1884.

² Criada na Capital da Província em 1883.

1884 e que funcionava também por meio de doações. Também foi possível constatar que em pouco tempo de existência conseguiu chegar a mais de 600 obras nas suas estantes, diferentemente da criação da *Biblioteca do Lyceu*, que demorou cerca de dez anos, após sua criação, para preencher suas prateleiras.

Fora a doação de livros, as duas bibliotecas, tanto a do *Club Litterario* quanto a *Bibliotheca Popular*, recebiam também doações de jornais, o que mostra o caráter diversificado deste espaço, possuindo diversos gêneros de leitura. De acordo com Miranda (2012), era comum que as bibliotecas tivessem jornais vindos de outras partes do império, pois essa prática fazia com que houvesse uma maior circulação de informações para além dos limites geográficos das províncias. Portanto, a província da Parahyba do Norte não se encontrava isolada do restante do império, ou seja, havia um contato interprovincial, não só com a Corte, mas com as outras províncias do império a partir da circulação de ideias advindas de periódicos nacionais, além do recebimento de informações dos jornais internacionais.

2. ESPAÇOS DESTINADOS À VENDA DE LIVROS, COMPÊNDIOS E ARTEFATOS ESCOLARES

A partir dos anúncios localizados nos periódicos pesquisados conseguimos identificar locais de venda de livros, compêndios e artefatos escolares a partir de 1858 até 1889, destacamos: *srs. Miranda & Vasconcellos* (1858), *Botica Imperial* (1861), *Estante de Livros de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha* (1865), *Livraria Economica* (1879), *Bazar Parahybano* (1884), *Typographia do Jornal O Publicador* (1884), *Typographia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa* (1885), *Typographia do Diário da Parahyba* (1885), *Loja do Pelicano* (1886), *Livraria Arantes* (1889).

Ao mesmo tempo em que nos alegra o fato de termos nos deparado com uma “livraria academica”, como se caracterizava o espaço denominado por *srs. Miranda & Vasconcellos*, essa situação também nos intriga, pois “livraria” na época poderia significar tanto um conjunto de livros³ como locais destinados a vendê-los, conforme identificamos em outros anúncios publicados nos jornais. Desse modo, esse local poderia ter sido tanto destinado à venda de “monografias”, termo encontrado na matéria do jornal *A Imprensa* de 1858, ou poderia também ter sido apenas um local de acervo de livros, até porque o autor mencionou a palavra “distribuem-se”, nos fazendo pensar que esse local não era exclusivamente de venda.

Constatamos que a documentação relativa à *Livraria Arantes* e ao *Bazar Parahybano* nos permitiu identificar a maior quantidade de livros à venda, mas foi em

3 Termo que até a primeira metade do século XIX era usado como sinônimo de “biblioteca” no mundo de língua portuguesa, e que definia o espaço dedicado à guarda dos livros e sua consulta pelos leitores, principalmente junto às Sés e catedrais, ou em conventos, mosteiros, seminários, colégios e universidades. Também era utilizado para nomear as coleções particulares. A expressão aparece definida como “Lugar onde estão muitos livros em estantes” e “Bibliotheca” no dicionário do Pe. Raphael Bluteau, publicado pelo Colégio dos Jesuítas em Coimbra pela primeira vez em 1712 e republicado em diversas ocasiões ao longo de todo o século XVIII (Bluteau 1716, vol. 5, p. 163).

outras livrarias catalogadas que encontramos menções a livros referentes à instrução primária e secundária, contribuindo para tarefa de apreender como se dava a circulação desses materiais.

Apesar de não citarem os livros utilizados nas aulas, podemos inferir pela leitura dos anúncios publicados nos jornais que havia uma preocupação em colocar à venda os materiais que estivessem “[...] todos de acordo com o novo programa e em bom estado” (*Diário da Parahyba*, 1885). Ou seja, estavam seguindo as listas de livros recomendadas pelas instituições escolares do período e, provavelmente, o jornal estava se referindo à Reforma da Instrução Pública de dezembro de 1883 promulgada em 30 de julho de 1884 e que converteu o Liceu Provincial em Externato Normal. Com isso, promoveu-se ainda uma reformulação na instrução primária e secundária na província que, entre outras coisas, indicava as matérias a serem ensinadas e os respectivos compêndios escolares.

Além de menções a livros destinados aos ensinos primário e secundário, encontramos uma relação de livros destinados à área de Educação, pela lista do *Bazar Parahybano* referente ao ano de 1884, que compreendiam livros das diversas áreas: línguas estrangeiras, gramática, geografia, entre outras, nos levando a deduzir que a utilização do termo “educação” referia-se à “instrução”, já que os livros dessa seção eram de matérias ensinadas no período.

Partindo dos anúncios de venda desses materiais encontrados, elaboramos alguns questionamentos, dentre eles: a influência de textos de língua francesa e de língua inglesa, a última em menor número, e até mesmo de língua italiana; literatura destinada para crianças e mulheres; livros voltados para pedagogia, por ocasião da criação do Externato Normal e em decorrência disso a abertura da cadeira de Pedagogia em meados da década de 1880; livros destinados às aulas públicas de instrução primária e obras destinadas às aulas de instrução secundária. O que pode nos levar a crer que havia certa demanda para a compra dessas obras por parte dos habitantes da capital da província.

Sobre a circulação de livros foi possível elaborar uma discussão, tendo como referência os livros encontrados nos locais de venda e os livros que localizamos (em sua materialidade), nos acervos visitados como a Academia Paraibana de Letras, o Acervo Humberto da Nóbrega⁴ e Arquivo Privado Maurílio de Almeida⁵, na cidade de João Pessoa. Consideramos também a influência dos livros editados/publicados na Corte e a interseção das propostas de livros e compêndios do Colégio D. Pedro II e do Lyceu Provincial.

⁴ Nasceu no ano de 1912 e faleceu em 18 de junho de 1988. Foi médico e membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

⁵ Nasceu no ano 1926 e faleceu em 1988. Foi médico, professor catedrático e fundador da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba. Membro da Academia Paraibana de Letras, membro fundador da Academia Nordestina de Letras e Artes; membro efetivo da Academia Brasileira de História; sócio fundador da Academia Paraibana de Medicina; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; sócio correspondente da Academia de Letras do Rio Grande do Sul.

Principalmente durante as primeiras décadas do século XIX, a maioria dos compêndios escolares utilizados no Brasil era editada na França. Já na segunda metade do século, com o advento de livrarias na Corte, alguns livros passaram a ser editados no Brasil. Segundo Arriada, Borges e Segovia: "Das livrarias estabelecidas no Brasil no século XIX, a *Garnier*, e a *Laemmert* tiveram uma maior relevância na publicação, venda e circulação de livros" (2013, p. 128). Além disso, essas duas livrarias/editoras dominaram o cenário da edição e publicação de compêndios escolares no Brasil do século XIX. Identificamos na documentação, referências a essas duas livrarias nas listas de livros e nas indicações sobre os locais de venda de materiais escolares aqui na província paraibana.

Além disso, lendo as prescrições postas para os programas do Colégio D. Pedro II, encontramos relação com os programas propostos para o Lyceu Parahybano, conforme se pode perceber na leitura dos documentos abaixo:

Programa de 1856: Fenelón; Telemaque (trechos escolhidos à vontade do professor); La Fontaine (Fables Choises); Goldsmith (History of Rome); Cornelius Nepos; Bossuet (Theatre Classique); Cesar; Ovídio; Milton (trechos escolhidos); Salustio; Virgílio; Cícero; Xenofonte; Tito Lívio; Luciano; Schiller; Tácito; Horácio (Odes e Arte Poética); Heródoto; Goethe.

Programa de 1862: Filon (Nouvelles narrations françaises); Murray (English spelling book); Ovídio (Metamorfose, Tristes); Charles André (Cours de Literature française); Caetano Lopes de Moura (Harmonias da criação).

Programa de 1878: Fénelon (Les Aventures de Télémaque); Chateaubriand (Génie du Christianismo); Magalhães (Suspiros poéticos); Rebelo da Silva (Fastos da Igreja); Garret (Da educação); Goldsmith (The Vicar of Wakefield); Defoe (Robinson Crusoe); Schiller (Guilherme Tell; Maria Stuart); Goethe (Iphigenia). (Arriada; Borges; Segovia 2013, p. 131-132).

Agora vejamos a lista de compêndios propostos para o Lyceu no ano de 1862:

Proposta para os compendios e horas do estudo do lyceo no corrente anno de 1862

Cadeira de Latim

[...]

Compendios

Grammatica do Padre Antonio Pereira de Figueiredo.

Epilome Historiae Sacrae

Cornelius Nepos. De vita excellentium imperatorum.

Phadrae Fabulae.

M. Tullii Ciceronis,

Orationes. P.

Virgillii Maionis Opera.
Titi Livii Hestoriarum libri. Q. Horatti Fiacci Carmina.

Cadeira de Francez.
[...]
Compendios
Grammatica de Bourgain.
Selecta de André.

Cadeira de Inglez
[...]
Compendios
Grammatica do Dr. V. Pereira do Rêgo.
Selecta de Salder.

Cadeira de Geometria.
[...]
Compendios
Arithmetica de Besout.
Geometria de Euclides.

Cadeira de Geographia.
[...]
Compendios
Geographia do dr. Pompeo de S.B. Chronologia de B.F. Historia Nacional de Salvador II. De A.

Cadeira de Philosophia.
[...]
Compendios
Philosophia de Charmas.

Cadeira de Rhetorica.
[...]
Compendios
Lições elementares de eloquencia nacional de F. Freire de Carvalho. Poetica, Idem. (A Regeneração, 1862)

Comparando as listagens conseguimos identificar as seguintes obras em comum: obras clássicas do ensino de Latim, como as de *Cornélio Nepos*, *Tito Lívio*, *Virgílio*. No caso do ensino de línguas estrangeiras temos a *Selecta de Charles André* de língua francesa.

Consultando os acervos da Academia Paraibana de Letras localizamos alguns exemplares de livros editados pela Garnier e pela Laemmert como, por exemplo, o compêndio *Lições de História do Brasil*, escrito por Joaquim Manoel de Macedo; as *Fábulas de La Fontaine*, livro pedido pelo Programa do Colégio D. Pedro II, e também encontrado na lista de compêndios da Biblioteca do Lyceu de 1853, além de ter sido uma obra de grande circulação no Brasil desde fins do século XVIII e que continuou a circular no XIX (Jinzenji 2010, p. 120), além de outro livro de grande circulação à época nas províncias do norte, segundo Castro e Castellanos (2012, p. 55), o *Curso de Litteratura Portugueza e Brasileira*, escrito por Francisco Sotero dos Reis e produzido no Maranhão.

No Acervo Humberto da Nóbrega, até o momento, foi possível localizar algumas obras do século XIX. Em sua grande maioria são livros da área de saúde, em especial de Medicina, todas escritas em Francês, além de livros de Literatura Francesa. Localizamos também, o compêndio *História Natural Extrahidas pelo P^a. Ignacio de Souza Rolim, natural da Cidade de Cajazeiras da Provincia da Parahyba do Norte Para entretenimento dos seus alumnos. (Parahyba Typ. Conservadora – Rua V. de Pelotas – n.24. 1881)*. Ou seja, um compêndio produzido por uma tipografia da Paraíba, feita por um professor para o uso escolar.

No Arquivo Privado Maurílio de Almeida, localizamos os seguintes livros e compêndios: *Lições de Rethorica recopiladas dos originais de J. Ferreol Perrard, E Edme Ponelle, Preparadores dos aspirantes ao Bacharelado em Letras. Vertidas dos Francez para a Lingua vernacula por Manoel Caetano Vellozo. (Parahyba, na Typographia de José Rodrigues da Costa. Rua Direita N.8. 1849)*; *Extracto da Grammatica Grega Por Padre Ignacio de Souza Rolim* (Paris, na Imprensa de Herique Plon. 1856); *Manual do Estudante de Latim organizado por Joaquim José da Silva, Professor da Lingua Latina na Cidade d'Areia* (Typ. De Camillo de Lellis Masson & C. Largo de Santa Barbara, n. 2. 1855).

Ao longo de nossa pesquisa identificamos ainda no final da década de 1850 o florescimento de tipografias paraibanas responsáveis pela edição e impressão de jornais, relatórios de presidentes de província, dos diretores da instrução e atas da assembleia provincial, até porque:

[...] o século XIX, entre outros aspectos, constitui-se num período histórico balizado pelo desenvolvimento do parque editorial gráfico, e a consolidação de um sistema de produção e circulação de livros, onde os textos didáticos alcançam certa relevância, fruto de um processo de escolarização no mundo ocidental. (Arriada; Borges; Segovia 2013, p. 127).

Além disso, por meio do cruzamento das fontes, percebemos como os locais de venda na capital da província estavam relacionados aos programas propostos pela instrução pública local e emanadas pelo Município da Corte, além de termos apreendido, de certa forma, como se deu a circulação dos livros e compêndios escolares no século XIX. Como também, podemos inferir que havia circulação

interprovincial de livros de livros, compêndios escolares, jornais e revistas. Produção e publicação de livros por autores paraibanos e confeccionados nas tipografias locais. Venda e compra desses artefatos escolares e culturais. A preocupação com a constituição de espaços que pudessem incentivar a formação de um público leitor ou mesmo garantir a continuidade desse hábito entre os habitantes da capital da província paraibana. Ou seja, são as mais diversas informações do período circulando entre as províncias, apresentado fortes indícios da existência de circulação de livros, compêndios e artefatos escolares, especialmente, na segunda metade do século XIX. Por fim, percebemos que as práticas escolares oitocentistas, de certa forma, foram estabelecidas a partir das relações sociais processadas fora do mundo escolar, pois acreditamos que os debates postos na sociedade vigente estiveram imbricados com a formulação das culturas escolares.

BIBLIOGRAFIA

Arriada, E.; Borges, L. A.; Segovia, G. F. (2013). Práticas de leitura dos estudantes brasileiros no século XIX. *Revista Eletrônica Documento e Monumento*, Cuiabá, 8 (1), 126-138.

Barbosa, S. de F. P. (2007). *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova.

Barros, J. D. A. (2012). *Teoria da História: A Escola dos Annales e a Nova História. Volume 5*. Petrópolis: Vozes.

Bencostta, M. L. (2007). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez.

Bluteau, R. (1716). *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico & etc...* – Volume 5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

Castro, C. A. (2011). Os usos e as tipologias dos materiais escolares no Maranhão Oitocentista. In C. A. Castro, C. E. Cury, A. P. Lopes & A. C. F. Pinheiro (orgs.), *Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste* (pp. 13-21). São Luís: EDUFMA; UFPB; Café & Lápis.

Castro, A. C.; Castellanos, S. L. V. (2012). Os livros escolares no Maranhão império: algumas aproximações. In M. A. Berger & E. F. V. C. Nascimento (orgs.), *Imprensa, impressos e práticas educativas: estudos em história da educação* (pp. 45-66). Fortaleza: Edições UFC.

Chartier, R. (2002). *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Faria Filho, L. M.; Gonçalves, I. A.; Vidal, D. G.; Paulilo, A. L. (2004). A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, 30 (1), 139-159.

Ferronato, C. J. (2012). *Das Aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. Tese (Doutoramento em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

Jinzenji, M. Y. (2010). *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Vitória, 1, 09-43.

Miranda, I. V. (2012). *Instrução, Disciplina e Civilização: Uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

Pesez, J.-M. (2005). História da Cultura Material. In J. Le Goff, R. Chartier & J. Revel (orgs.), *História Nova*, tradução de Eduardo Brandão, 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Pinheiro, A. C. F; Cury, C. E. (2004). *Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília: MEC/INEP.

Viñao-Frago, A. (1995). Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 0, 63-82.